

Contrarracionalidades pela sobrevivência: O planejamento ascendente no cotidiano da Ocupação Vila Soma (Sumaré/SP)

Anderson Sabino²¹
andersonsabino27@gmail.com
Licenciado/Bacharel UNICAMP

Introdução

No presente texto pretendemos contribuir à compreensão sobre dinâmicas do cotidiano na Ocupação Vila Soma, localizada em Sumaré, situando-a, inicialmente em seu contexto metropolitano e como encontra-se na cidade, posteriormente, analisando práticas que apontam para um planejamento ascendente, próprio dos moradores atuantes da ocupação.

A metodologia do trabalho constituiu-se de levantamento bibliográfico que perpassou teorias sobre o espaço urbano, a metropolização de Campinas, dados secundários como do IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA) e prefeitura de Sumaré, levantamento de notícias e decisões judiciais sobre a ocupação e execução de trabalhos de campo com entrevistas, principalmente, com o atual grupo de coordenação.

Segundo Milton Santos (2009 [1990]) o Estado age unificando capitais para criar novas economias de aglomeração e novas acessibilidades (estruturas atribuídas ao espaço físico) para prover mobilidade a empresas hegemônicas. A metropolização corporativa, base metodológica da qual partimos para conceber a urbanização, pode ser entendida como o conjunto de fenômenos, frequentemente carregados de forte intencionalidade, que promove a constituição de metrópoles tão desiguais quanto as que temos no mundo subdesenvolvido, sobretudo no Brasil. Milton condensa da seguinte forma a definição de metrópole corporativa:

A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de metrópole corporativa, voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando os demais como questões residuais. (SANTOS,2009 [1990]: 106)

Entre as questões residuais, encontramos a política habitacional por exemplo, tratada de modo setorialista, ora direcionada fomentando o espraiamento das cidades e a

²¹ Trabalho em parte derivado de pesquisa efetuada no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia – Instituto de Geociências da Unicamp, 2017.

especulação imobiliária, ora como integrante de política econômica anticíclica implantada na década passada.

Em ambos os casos a provisão de moradias para os mais pobres assentou-se em empreendimentos em maioria afastados e desprovidos de serviços essenciais, enquanto os poderes públicos em todos os níveis dirigem esforços em prover às grandes firmas, em todos os níveis, melhores condições físicas e fiscais. Num contexto de urbanização, sobretudo metropolitana, como este, as lutas organizadas por moradia a partir de ocupações devem ser vistas como pertencentes ao reino das possibilidades e não da criminalidade como municípios e judiciário frequentemente o tratam.

A moradia como direito é expressamente tratado na legislação brasileira, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto das Cidades de 2001, no entanto, o assunto ainda é especialmente problemático no Brasil. Raquel Rolnik sublinha o fato de que “na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição”. (ROLNIK, 2015: 13).

Para tratar as contrarrazões, pensamos em formas planejadas de atuação dentro de relações horizontais (2012 [1996]) e entendemos como formas de “adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, 2012 [1996]: 309).

A Vila Soma resiste desde 2012 em área de cerca de 1,5 mi m² abandonada por empresa falida (Soma Equipamentos) e endividada desde os anos 1990 em Sumaré-SP, periferia da Região Metropolitana de Campinas. Abordamos a seguir seu contexto metropolitano e municipal e abordamos alguns elementos que consideramos importantes formas de contrarrazão populares que questionam os rumos do planejamento hegemônico como as formas de protesto de rua e organização interna.

Contextos metropolitano e municipal

A Região Metropolitana de Campinas, oficializada apenas nos anos 2000, é estudada aqui por sua expansão ligada à descentralização da indústria paulistana e pela leitura de sua periferização, onde, aumentado sobremaneira o tecido urbano, se encontram as facetas de uma população empobrecida que é excluída do mercado formal de terras, ao passo que grandes vazios especulativos marcam a forma como o espaço condiciona a própria ação humana: a especulação e o abandono de espaços são convites para ação reivindicatória de movimentos urbanos por moradia.

Atualmente é composta por um aglomerado de 20 municípios, sendo eles: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Totalizando uma área de 3.792 Km² e uma população de 2.976.433 habitantes (AGEMCAMP, 2017).

Inicialmente entreposto mercantil, parada de tropeiros, posteriormente o mais importante núcleo do complexo cafeeiro, a região de Campinas criou "as bases para o futuro dinamismo da agricultura, para a eficiente infraestrutura de transporte e para a qualidade da rede urbana do que viria a ser, mais tarde, a atual RMC" (CANO & BRANDÃO, 2002: 400-401).

A urbanização da Região de Campinas se dá no tecido da região concentrada (SANTOS, 2013 [1993]; SANTOS & SILVEIRA, 2001), espaço que carrega características ligadas ao processo de industrialização e de "consolidação da hegemonia paulista" (SANTOS & SILVEIRA, 2001: 43).

A partir de 1970, intensifica-se fortemente o desenvolvimento urbano na região de Campinas. Esta década foi um marco de mudanças no Estado de São Paulo, devido, principalmente, ao fato de na capital "reduzir-se significativamente o desempenho de sua tradicional função industrial e desenvolverem-se nela funções e papéis novos" (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002: 28), a fim de inserir-se profundamente no sistema econômico e social globalizado.

Entre os anos 80 e 90 se verifica uma expansão horizontal da mancha urbana da região. Nascimento (2013: 68), ressalta que neste período as crises econômicas tiveram papel importante na redistribuição demográfica uma vez que a população mais carente passa a

se instalar predominantemente em áreas de municípios com menor preço da terra urbana em comparação aos dois principais centros regionais (Campinas e Americana): na periferia "longínqua" de Campinas, no extremo sudoeste da cidade e em seu prolongamento em direção aos municípios vizinhos de Sumaré, Hortolândia e, mais recentemente, Monte Mor; nas proximidades de Americana, em Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa; e, em centros economicamente emergentes, como Indaiatuba e Paulínia. Essa redistribuição dos fluxos migratórios contribuiu, portanto, para a conformação de um verdadeiro processo de "periferização" em escala metropolitana, conformado pelo crescimento mais acelerado da população urbana em municípios do entorno de Campinas.

Esta expansão para Oeste e para Sudoeste contribuiu para o entendimento de que o que ocorria era efetivamente um processo de metropolização. Ana Paula Mestre (2009) periodiza o processo de periferização de Campinas em três fases: 1940-1969 (início de lógicas planejadas de expansão); 1970-1989 (intensificação de modernizações, crescimento econômico e favelização); 1990-2009 (período marcado pelas ocupações organizadas). Esta abordagem é fundamental para compreensão também da periferização metropolitana. A seguir se pontuará elementos que nos embasem até a problemática enfocada.

Ao final dos anos 1940, é importante a implantação do Aeroporto de Viracopos, vetor de modernizações e de expansão do tecido urbano campineiro no sentido sul. A partir dos anos cinquenta cresceu vertiginosamente o número de grandes plantas industriais instaladas e com elas o aumento de loteamentos lindeiros à rodovia Anhanguera. "Entre os novos loteamentos aprovados e instalados entre os anos 1950 e 1960, apenas 10% deles eram servidos de infraestrutura básica" (MESTRE, 2009: 14).

Esses eventos institucionais no município de Campinas e a crescente valorização da terra pela especulação imobiliária foram importantes para a consolidação de periferias intra e extra-municipais, levando à emancipação de cidades a partir de seu território e à aceleração da ocupação desses espaços que aproveitaram as vantagens locacionais da proximidade com Campinas e o menor preço de seus terrenos. Sumaré, se emancipou do território de Campinas em 1953.

O extravasamento do município-sede da metrópole gerou “eixos de expansão periférica” (CANO & BRANDÃO, 2002: 406) como Sumaré, Santa Barbara d’Oeste e Americana. A rápida e dinâmica expansão da agricultura, serviços e indústria “não logrou absorver a totalidade dos intensos fluxos demográficos que se dirigiram para a região, gerando um processo de periferização das camadas sociais de menor poder aquisitivo” (CANO & BRANDÃO, 2002: 403).

Na década de 1970, Sumaré (que incluía Hortolândia, emancipada em 1991) e Americana passam a ser também grandes receptoras de indústrias e pessoas na região, tendo, conseqüentemente, crescimento populacional intenso.

Lopes (1988: 41 apud RIZZATTI, 2014: 87) argumenta que “fator indutor da periferização de Campinas foi a política fundiária adotada pela COHAB-Campinas em meados da década de 70, que iniciou a construção de conjuntos habitacionais em localizações onde o custo da terra era menor por ser mais distante da área urbana”.

Às margens da Rodovia Anhanguera fez-se importante área de urbanização do município de Sumaré em desconexão ao centro da cidade. A ocupação dispersa do território de Sumaré teve início em seu núcleo central e seus arredores até 1949. Na década seguinte um pouco se alarga a ocupação central, mas tem destaque o surgimento de loteamentos à beira da Rodovia Anhanguera, regiões do Matão e Área Cura. Entre 1976 e 1982 se percebe um crescimento anormal da mancha urbana, ainda de forma espalhada, adensando levemente alguns vazios deixados, mas crescendo principalmente ainda nas proximidades com Campinas, Paulínia e a Rodovia Anhanguera.

Para os pobres é negado o acesso ao mercado formal pela conjunção perversa entre baixos salários e seguida valorização da mercadoria terra. Inserida numa situação de periferização metropolitana, Sumaré já apresentava dados preocupantes de favelização desde a década de 80, como alertam Cano & Brandão (2002), “dados da Prefeitura para 1989 (incluindo Hortolândia) indicavam a existência de 80 núcleos de favelas, localizados em áreas públicas (áreas verdes de loteamentos) e beiras de córregos, abrigando 13.500 habitantes” (2002: 177).

Sumaré, cidade da porção noroeste da região metropolitana, é um espaço periférico onde concentram-se inúmeros casos de habitação precária, favelização em massa espalhada por diversas e dispersas porções da cidade. Todas as ocupações são reflexos da atuação da classe trabalhadora que, à margem do mercado formal de terras, busca com suas próprias mãos construir unidades habitacionais, em outras palavras: exercem novos usos em territórios até então vagos e produzem espaço autonomamente. A Ocupação Vila Soma é uma dessas, mas que se diferencia por seu grande tamanho, expressão e planejamento.

Contrarracionalidade em prática

A ocupação “significa ‘liberar’ o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa de autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)” (ROLNIK, 2015: 377). Trata-se de um processo de confrontação constante, um reclame de certo grau de “liberdade” pela classe superexplorada que pretende retirar de seus gastos os aluguéis insuportáveis ou situações de coabitação.

Entendemos, como Rodrigues, que “as ocupações demonstram mais uma vez que a busca do onde e do como morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, que desmistifica o mito da apatia dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1989: 46). Além disso, “a resistência à hiper-modernidade, ao avanço do capitalismo globalizado, expressa compromissos com o conhecimento do território e a valorização do espaço banal, especialmente relevante para a ação não-hegemônica” (RIBEIRO, 2004: 203).

Helena Rizzatti, afirma que “importante elemento de diferenciação das favelas e de demonstração do fortalecimento das contrarracionalidades: a necessidade de planejamento necessária para a instalação de ocupações em terras urbanas” (RIZZATTI, 2014: 170). e com a visão de Guilherme Boulos, atual coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), para promover a mesma diferenciação. Para ele “as favelas são, em geral, produtos de ocupações não organizadas, onde os moradores vivem nas piores condições e sujeitos a todo tipo de adversidade” enquanto “ocupações organizadas por movimentos populares, além de serem resultado da falta de alternativa de moradia, trazem muitas vezes valiosas lições para uma nova lógica de organização do território urbano.” (BOULOS, 2012: 61).

Esta diferenciação é um dos pontos de partida para compreendermos a mudança nos rumos da produção de habitações pelos mais pobres na cidade.

Pode-se delimitar 3 fases para compreensão das estratégias e eventos que permitem a existência da Vila Soma. A primeira fase vai até meados de 2015, quando iniciou-se a ocupação do terreno. Os proprietários da massa falida acumulavam dívidas gigantes, sendo de IPTU (mais de R\$ 15 mi), trabalhistas (R\$ 2,5 mi), com a Fazenda Nacional (R\$ 90 mi) e com a Fazenda Estadual (R\$ 60 mi). Para se ter noção do problema, o terreno é avaliado em cerca de R\$ 94 mi, valor que saldaria as dívidas trabalhistas, mas nem de longe o conjunto dos débitos.

No aspecto jurídico, 3 dias depois de ocupada a área, foi distribuída ao juizado local uma ação cível movida pelo representante da massa falida da Soma e Vifer solicitando uma liminar de reintegração de posse. O pedido foi atendido 5 dias depois, uma agilidade impressionante, quando em 05/07/2012 o Juiz André Gonçalves Fernandes, da 2ª vara cível de Sumaré determinou saída das famílias, algo que foi prorrogado inúmeras vezes pela interposição de recursos.

Em 2014 ocorreu a abertura de um GT (Grupo de Trabalho) onde a ideia passa a ser a busca por uma solução consensual. Este grupo era formado por defensora Carolina Dalla

Valle Bedicks, representantes da Prefeitura, do Governo do Estado – via CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) –, da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal e lideranças do próprio movimento, via Associação de Moradores. Numa das reuniões do GT, representante da COHAB sugeriu realocação da população pelo Programa MCMV-Entidades. A prefeita afirmou não dispor de terras públicas para realocação e deixou por conta dos moradores sua própria sorte, mas exigia contrapartidas urbanísticas para instalação de equipamentos públicos, caso se concretizasse a construção. Em nota a prefeita afirmava que “os atuais invasores poderiam ser diretamente beneficiados nos conjuntos habitacionais viabilizados por eles mesmos, sem a necessidade de inscrição no programa municipal de habitação” (SUMARÉ, 2014, web). Este e o esvaziamento do GT criado pela própria prefeitura são apenas alguns dos exemplos da truculência com que o governo municipal de Cristina Carrara (PSDB) tratou a ocupação desde seu início.

A própria forma como a ocupação e seus apoiadores se articulam para encontrar soluções como o PMCMV indica um planejamento ascendente que força os poderes públicos.

A consolidação de uma coordenação engajada, aproximação de advogados populares, aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a prática de uma estratégia de mobilização nas ruas marcam o início da segunda fase. Destaca-se também a tensão com uma ordem de reintegração de posse que por muito pouco não se cumpriu.

No ano de 2015 diversos foram os atos públicos de protesto movidos pela Ocupação, diversas também foram as datas marcadas para reintegrações de posse (3/07/2015 – 14/09/2015 – 14/12/2015) até que, enfim, uma ordem, provavelmente inadiável em primeira e segunda instâncias, foi marcada para o período entre 17 a 22 de janeiro de 2016.

Como atitudes de resistência prática frente à crítica situação, tem-se o acorrentamento ao prédio onde mora a então prefeita de Sumaré por vários dias, uma denúncia da defesa com a Defensoria diretamente na Corte Interamericana de Direitos Humanos, constituição de um cinturão de advogados preparados para o embate, construção de barricadas, escudos e ferramentas improvisadas como armas pelos próprios moradores, diversas, numerosas e muito volumosas passeatas pela cidade de Sumaré. A reintegração de posse não se efetivou devido a decisão favorável a recurso da Defensoria Pública do ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal de suspender a ordem três dias antes de seu início.

Após a suspensão da ordem, delimita-se um período de permanência (2016-momento atual), fase em que ocorre um redirecionamento das energias da população, agora movimento organizado, no sentido de, não mais concentrar-se exclusivamente em evitar um despejo, mas também em conquistar melhorias efetivas para a vida na própria ocupação.

Outros aspectos contrarracionais que apontam para um planejamento ascendente passam pela própria atribuição da coordenação. Atualmente a coordenação passa pelos cuidados de 2 coordenadores gerais, que administram a sede, fazem trabalhos cotidianos e atendem a todos os moradores em suas mais diversas solicitações. Desde necessidades básicas como alimentos, roupas, remédios, até o fornecimento de comprovantes de endereço que são impressos na própria sede e servem para que os moradores façam uso dos equipamentos básicos de saúde e educação das proximidades. Como lhes é negado acesso a serviços concessionados (água, luz, telefone), a execução dos comprovantes de endereço já marca uma atitude de rebeldia, de marcação de presença, mesmo que isso gere nos empregadores e em muitas pessoas da cidade um certo estranhamento preconceituoso.

Considerações finais

Verifica-se que a partir de 1970 as regiões periféricas do entorno de Campinas passaram por um adensamento industrial e populacional movidos pelo menor preço da terra, pela proximidade com Campinas e pelo bom acesso à fluidez da malha rodoviária.

De maneira geral, a partir dos anos 90 “ecloem as ocupações organizadas de terras urbanas, conduzidas por movimentos sociais engajados que incorporam os vazios urbanos (áreas privadas e de loteamentos irregulares)” (MESTRE, 2009: 33). Mestre aponta que 44% dos atuais loteamentos irregulares de Campinas foram ocupados na década de 1990. Situamos a Vila Soma como um acontecimento partidário de uma tendência maior, isso justifica nossa abordagem metropolitana.

A existência de ocupações na região (que se diferem das favelas pelo planejamento prévio) é, portanto, fenômeno recente. Helena Rizzatti aponta que a resistência praticada nas ocupações é necessária devido à “rarefação dos sistemas de engenharia nos diversos meios ambientes construídos das grandes cidades e metrópoles” (RIZZATTI, 2014: 8).

As contrarracionalidades que dão suporte a essa resistência de existir e permanecer, são frutos das necessidades impostas a essa população, são portanto, caracterizadas pela decisão de resistir às ordens de reintegração de posse relatadas, organização cotidiana, formas de protesto e todas as atitudes que envolvem se manter numa área com escassez e ausência de equipamentos públicos de qualquer espécie, portanto, conseguindo por conta própria energia elétrica, água, etc.

A reforma urbana, a que moradores da Vila Soma se prezam fazer, começa pelo peso de prover função social a uma propriedade até então ilegalmente fragmentadora da cidade por seu abandono, e avança nas entrelinhas de seus improvisos e conquistas.

Bibliografia

BOULOS, Guilherme Castro. **Por que Ocupamos?** São Paulo: Scortecci Editora, 2012.
CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2002.
GONÇALVES, Maria F.; SEMEGHINI, Ulysses C. Uma metrópole singular. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovena (Orgs.). **Livro**

- verde:** desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002. p. 27-51.
- LOPES, Doraci Alves. **O movimento da Assembleia do Povo e a Crítica da ‘Marginalidade’**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas, 1988.
- MESTRE, Ana Paula. **Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas**. (Mestrado) IG/UNICAMP. Campinas, 2009.
- NASCIMENTO, Ederson. **As Desigualdades Socioespaciais Urbanas Numa Metrópole Interiorana: Uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de Exclusão/Inclusão social**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester; MOREIRA, Ruy. (orgs.). **Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad/ CNPq, 2004, p.194-211.
- RIZZATTI, Helena. **O Recente Processo de Urbanização da Cidade de Campinas-SP (1990-2014): As ocupações urbanas – um estudo dos usos do território da Região Sul**. (Mestrado) IG/UNICAMP. Campinas, 2014.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1989.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1993].
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1996]. 384p.
- SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, Secretaria do Estado da Cultura, [1990], 2009.